

# JORNAL DO SENADO

ÓRGÃO DE DIVULGAÇÃO DAS ATIVIDADES DO SENADO FEDERAL

ANO IX – Nº 1.665 – BRASÍLIA, TERÇA-FEIRA, 25 DE MARÇO DE 2003

## Indignação e pesar por assassinato de juiz no Espírito Santo

PÁGINA 7

### Ministro debate hoje planos para esporte na Comissão de Educação

Os membros da Comissão de Educação ouvem hoje, a partir das 11h30, em audiência pública, o ministro do Esporte, Agnelo Queiroz. Ele terá a oportunidade de apresentar aos senadores os projetos prioritários de sua pasta.



### CAE decide se verba da loteria financiará bolsa de estudo

Senador Mozarildo Cavalcanti, autor do projeto, que recebeu substitutivo de Pedro Simon

PÁGINA 5

### CAS discute pensão para órfão do terrorismo

A Comissão de Assuntos Sociais vota, em reunião na quinta-feira, projeto que concede pensão especial a Luiz Felipe Monteiro Dias, filho da secretária da OAB Lyda Monteiro da Silva, morta por uma carta-bomba, em 1980.

PÁGINA 5



Plenário da CAS, sob a presidência de Romero Jucá: reunião de quinta-feira também discutirá o Estatuto do Torcedor

## Plenário vota proibição de mudança na lista única de transplantes

Substitutivo da Comissão de Assuntos Sociais a projeto da Câmara define a troca da ordem na listagem do Sistema Nacional de Transplantes como crime punível com pena de dois a quatro anos de detenção.



Senadores examinam hoje proposta que modifica normas sobre transplantes para garantir obediência à lista única

PÁGINA 3

## Uso da talidomida pode ter fiscalização mais rigorosa

A talidomida, medicamento ainda empregado de forma restrita apesar dos riscos comprovados para mulheres grávidas, pode ser submetida a regras especiais de controle e fiscalização. É o que prevê substitutivo da Câmara a projeto do ex-senador Lúcio Alcântara que será votado hoje pelo Plenário do Senado.

rio do Senado.

Embora tenha sido banido no Brasil na década de 60, o produto continua sendo usado na prevenção de lesões resultantes da hanseníase. Pelo projeto, a talidomida não estaria disponível em farmácias comerciais e seu uso seria cercado de cuidados.

PÁGINA 3

## Aelton Freitas homenageia Santos Dumont

Projeto do senador Aelton Freitas (PL-MG), que inscreve Alberto Santos Dumont, pai da aviação, no Livro dos Heróis da Pátria no Panteão da Liberdade e da Democracia, em Brasília, está tramitando em caráter terminativo na Comissão de Educação (CE).

O parlamentar acredita que a importância dos feitos de Santos Dumont e a proximidade da celebração do centenário do primeiro vôo mecânico, realizado pelo avião 14-Bis em 23 de outubro de 1906, ampliam a oportunidade e a legitimidade da proposta:

— A inclusão do insigne nome do pai da aviação virá contribuir para o engrandecimento da homenagem ali prestada às expressivas figuras da nossa história, ao se levar em conta que o genial brasileiro foi um dos maiores inventores de todos os tempos.

Algumas das realizações do avião são destacadas por Aelton Freitas. Dentre elas, a sua mais famosa invenção: o 14-Bis, que foi projetado, construído e pilotado pelo aeronauta brasileiro. Ressaltou ainda que Santos Dumont foi autor de várias outras invenções, como o relógio de pulso.

Aelton Freitas disse que Santos Dumont sempre lutou para que seus inventos nunca tivessem outra designação que não a de melhorar a qualidade de vida e a de promover a integração entre os povos.



Aelton Freitas lembra intenção de Santos Dumont de promover integração entre os povos



Rainha Beatriz conversa com Sarney, acompanhada do príncipe herdeiro e da nora

## Rainha da Holanda visita Senado e defende a paz

Pela primeira vez, soberana holandesa vem ao país em caráter oficial e é recebida pelos presidentes do Senado e da Câmara dos Deputados

Iniciando visita oficial de cinco dias ao Brasil, a rainha Beatriz, dos Países Baixos, foi recebida às 18h10 de ontem pelos presidentes do Senado e da Câmara dos Deputados, senador José Sarney e deputado João Paulo Cunha. Acompanhada do príncipe herdeiro Guilherme Alexander e da princesa Máxima, sua nora, a rainha chegou ao Legislativo como a primeira soberana holandesa em visita oficial ao Brasil.

Num vestido estampado de preto e marrom, usando chapéu preto e colar de pérolas, a rainha esteve-se, na maior parte da audiência, a falar com o presidente José Sarney a respeito do seu país, do sistema financeiro internacional e da guerra. Ela disse que a Holanda é contra a guerra, mas mantém as fronteiras abertas para acolher os aliados.

A seu lado, a princesa Máxima, que é argentina, conversava com

o presidente da Câmara. Antes de chegar ao Congresso, a rainha foi recebida, no Palácio do Planalto, pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva. A viagem real inclui ainda o Rio de Janeiro, São Paulo e Recife.

Em Brasília, a comitiva real visitou a Catedral Nossa Senhora Aparecida e a Praça dos Três Poderes, sendo recebida à noite para um banquete oferecido pelo presidente brasileiro.

## Cabral quer vagas para pobres em universidades

Tramita em caráter terminativo na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) o projeto de lei que propõe assegurar o mínimo de 40% das vagas de universidades públicas federais para estudantes que tenham cursado integralmente o ensino médio em instituições da rede pública estadual e/ou federal. Apresentado pelo senador Sérgio Cabral (PMDB-RJ), o projeto será examinado posteriormente pela Comissão de Educação (CE).

Para o senador, a medida proposta por ele ajudará a reduzir as desigualdades sociais do país. Se-

gundo ele, os alunos de classe social mais baixa terão maiores possibilidades de ingressar em universidades públicas federais, “que em sua maioria são as melhores do país”, ocupadas quase que totalmente por estudantes que compõem as classes sociais mais elevadas.

“Não é possível admitir que o ensino superior custeado pelo Estado seja privilégio apenas de alunos oriundos das classes sociais de melhor condição econômi-



Sérgio Cabral: medida ajudará a reduzir desigualdade

ca, que tiveram a oportunidade de cursar o ensino médio em escolas particulares”, afirma o parlamentar na justificativa do projeto.

Sérgio Cabral enfatiza que a reserva de 40% das vagas observa o “princípio da razoabilidade”, já que está livre de discriminação de raça, cor ou religião. Para ele, o esquema de cotas assegura o dever do governo de diminuir as diferenças entre as diversas camadas sociais.

## AGENDA

TERÇA-FEIRA, 25 DE MARÇO DE 2003

Presidente  
José Sarney

9h30 — Sessão solene em homenagem aos 81 anos da Semana de Arte Moderna e da formação do Partido Comunista, a convite do presidente da Câmara dos Deputados, João Paulo Cunha. Plenário Ulysses Guimarães, da Câmara dos Deputados  
10h30 — Recebe o ex-governador Dante de Oliveira, acompanhado da deputada federal Telma de Oliveira  
11h — Recebe o deputado Coronel Alves (PL-AP)  
12h — Recebe o deputado Babá (PT-PA), acompanhado de representantes da Comissão de Contaminados da Funasa  
12h30 — Recebe o deputado Nelson Proença (PPS-RS)  
15h30 — Preside sessão deliberativa ordinária do Senado

### PLENÁRIO

14h30 — Sessão deliberativa ordinária  
Pauta: PLC 93/02, dispõe sobre o acesso público aos dados e informações existentes nos órgãos e entidades integrantes do Sisnama; votação, em segundo turno, da PEC 2/02, altera o parágrafo 5º do artigo 212 da Constituição (destinação do salário-educação); votação, em primeiro turno, da PEC 51/01, altera o inciso III do artigo 235 da Constituição (aumenta o número de membros nomeados para compor os tribunais de contas de estados recém-criados); primeira sessão de discussão, em segundo turno, da PEC 21/01, altera a redação do artigo 6º da Constituição (acrescenta aos direitos sociais a alimentação); primeira sessão de discussão, em primeiro turno, da PEC 22/99, dá nova redação ao inciso LXXVI do artigo 5º da Constituição (gratuidade para o registro e primeira emissão de certidão de nascimento, casamento e óbito); primeira sessão de discussão, em primeiro turno, da PEC 36/99, dispõe sobre a incorporação e a transferência das atribuições dos tribunais e conselhos de contas dos municípios aos tribunais de contas dos estados; substitutivo da Câmara dos Deputados oferecido ao PLS 195/99, dispõe sobre o controle do uso da talidomida; PLC 34/02, proíbe inversão de ordem dos nomes constantes na Lista Única de Transplantes do Sistema Nacional de Transplantes, se houver leito disponível em qualquer unidade hospitalar acessível; PLC 83/02, denomina Rodovia Ormeo Junqueira Botelho trecho da BR-120, no estado de Minas Gerais; PDLs aprovando atos de outorga e renovação de concessões e permissões para a exploração de serviço de radiodifusão sonora; e Parecer nº 20/03, da Comissão de Educação, concluindo favoravelmente à Indicação nº 6/02, do ex-senador Casildo Maldaner, que sugere à Comissão de Educação a elaboração de estudos visando a criação da Universidade Federal do Oeste Catarinense (Ufoeste).

### COMISSÕES

10h — Comissão de Assuntos Econômicos. Ala Senador Alexandre Costa — Sala 19  
11h30 — Comissão de Educação. Ala Senador Alexandre Costa — Sala 15  
14h — Comissão de Serviços de Infra-Estrutura. Ala Senador Alexandre Costa — Sala 19  
14h30 — Comissão Mista de Orçamento. Plenário nº 2 do Anexo Luís Eduardo Magalhães da Câmara dos Deputados

### MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: José Sarney  
1º Vice-Presidente: Paulo Paim  
2º Vice-Presidente: Eduardo Siqueira Campos  
1º Secretário: Romeu Tuma  
2º Secretário: Alberto Silva  
3º Secretário: Heráclito Fortes  
4º Secretário: Sérgio Zambiasi  
Suplentes de Secretário: João Alberto Souza  
Serys Slhessarenko  
Geraldo Mesquita Júnior  
Marcelo Crivella

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia  
Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva  
Diretor da Sec. de Comunicação Social: Armando S. Rollemberg  
Diretora do Jornal do Senado: Maria da Conceição Lima Alves (61) 311-3573  
Diretor da Agência Senado: Antonio Caraballo (61) 311-3327  
Editores: Djalba Lima, Edson de Almeida, Eduardo Leão, Iara Altafin, João Carlos Ferreira da Silva, José do Carmo Andrade e Sylvio Guedes  
Diagramação: Sergio Luiz, Wesley Bezerra de Carvalho, Osmar Miranda e Iracema F. da Silva  
Revisão: Lindolfo do Amaral Almeida, Miquêas Dantas de Moraes, Eny Junia Carvalho e Rita Avelino  
Tratamento de Imagem: Edmilson Figueiredo  
Arte: Cirilo Quartim  
Circulação e Atendimento ao leitor: John Kennedy Gurgel (61) 311-3333

O noticiário do Jornal do Senado é produzido pela equipe de jornalistas da Subsecretaria Agência Senado

Endereço: Praça dos Três Poderes  
Ed. Anexo I do Senado Federal,  
20º andar  
Brasília - DF - 70165-920

Impresso pela  
Secretaria Especial  
de Editoração e  
Publicações

## Plenário vota hoje normas de controle da talidomida

Um substitutivo da Câmara ao projeto do ex-senador Lúcio Alcântara que prevê o controle do uso da talidomida deve ser votado hoje em Plenário. A proposta, que recebeu parecer favorável da Comissão de Assuntos Sociais, prevê normas especiais de controle e fiscalização na venda do medicamento.

Pelo projeto, a talidomida não seria fornecida ou vendida em farmácias comerciais, e a embalagem do medicamento exibiria ostensivamente a proibição de seu uso por mulheres grávidas ou sob risco de engravidar, acompanhada de texto em linguagem popular que explicitaria a grande possibi-

lidade de ocorrência de efeitos teratogênicos (malformações congênitas) associados a esse uso.

Alcântara informou que, embora o medicamento tenha sido banido do Brasil no início da década de 60, a talidomida vem sendo empregada de forma restrita, por sua poderosa efetividade na prevenção das lesões resultantes da hanseníase e de outras doenças dermatológicas. O autor citou informe da Associação Brasileira das Vítimas da Talidomida segundo o qual, nos últimos 20 anos, pelo menos 7 mil novos casos de bebês com deformações físicas aconteceram no Brasil.

## Há 40 anos, droga causou milhares de vítimas

Entre os anos de 1959 e 1961, o mundo acompanhou horrorizado o nascimento de milhares de crianças com graves deformidades físicas e mutilações em 146 países – eram bebês que nasciam sem braços, sem pernas, sem que a ciência médica conseguisse identificar de imediato a causa. Logo, porém, descobriu-se o que as mães tinham em comum: consumiam o medicamento amida náftica de ácido glutâmico, conhecido como talidomida.

A talidomida foi criada por um laboratório alemão em 1954 e, três anos depois, era consumida em grande escala em quase todos os países do mundo, inclusive no Brasil. Era uma droga considerada milagrosa como sedativo contra dores, e também no combate à ansiedade, às náuseas e à tensão comuns nos períodos de gravidez.

O resultado foi espantosamente positivo e logo descobriram-se usos terapêuticos para a

talidomida também nos cânceres de pele, de próstata, do cólon e do cérebro.

A talidomida foi retirada de circulação no Brasil no início da década de 60, depois de enormes estragos que levaram ao nascimento de toda uma geração que chegou há pouco à faixa dos 40 anos. As revistas semanais da época, O Cruzeiro e Manchete, exibiram fotos chocantes de recém-nascidos vitimados pela nova droga. Os efeitos negativos do medicamento foram tão intensos no Brasil que se chegou a criar aqui a Associação Brasileira das Vítimas da Talidomida.

O Congresso aprovou duas leis que garantem pensão vitalícia mensal e intransferível para as vítimas do medicamento, com valor mínimo igual a um salário mínimo. Mesmo assim, a falta de controle no uso da droga fez cerca de 7 mil novas vítimas nos últimos 20 anos. Por isso o ex-senador Lúcio Alcântara apresentou em 1999 o projeto de lei.

## Três indicações de embaixadores na CRE

A Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE), presidida pelo senador Eduardo Suplicy (PT-SP), fará reunião quinta-feira, às 10h, para votar mensagens do Executivo submetendo ao Senado o nome de três embaixadores: Stelio Marcos Amarante, para a Irlanda; Gilda Maria Ramos Guimarães, para

Trinidad e Tobago; e Antonio Augusto Dayrell de Lima, para a delegação permanente do Brasil junto à Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (Unesco).

A votação será secreta, como determina o Regimento Interno do Senado. A reunião acontecerá no plenário da CCJ.



Plenário do Senado também examina esta semana sete propostas de emenda à Constituição

## Projeto impede mudança na lista de transplantes

Conforme proposta a ser examinada hoje pelo Plenário, poder público deve providenciar transporte e internação para garantir ordem da fila

A proposição que proíbe a alteração da ordem dos nomes constantes na Lista Única de Transplantes do Sistema Nacional de Transplantes deve ser votada hoje pelo Plenário do Senado. Pela proposta, não pode ocorrer a inversão nos nomes se houver leito disponível em qualquer unidade hospitalar acessível em prazo propício a esse tipo de operação, exceto nos casos de incompatibilidade orgânica definida em regulamentação específica.

O substitutivo da Comissão de Assuntos Sociais (CAS) a projeto de lei da Câmara com normas sobre os transplantes estabelece

que, sempre que indispensável, o poder público deverá providenciar transporte e internação hospitalar em qualquer unidade disponível para os casos de transplante, a fim de que a ordem da lista única seja respeitada. A alteração da lista passa a constituir, de acordo com a proposta, crime punível com pena de dois a quatro anos de detenção.

### PECS NA PAUTA

Sete propostas de emenda à Constituição (PECs) estão na pauta esta semana. Hoje poderão ser votadas as da ex-senadora Marluce Pinto (número de integrantes dos tribunais de con-

tas de estados recém-criados) e que estende a utilização de recursos do salário-educação à educação infantil.

Na mesma sessão, o Plenário começa a discutir três PECs: a do senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE), que acrescenta a alimentação aos direitos sociais na Constituição; a do senador Pedro Simon (PMDB-RS), prevendo a gratuidade para o registro e primeira emissão de certidão de nascimento, casamento e óbito; e a do senador licenciado Maguito Vilela (PMDB-GO), sobre os tribunais e conselhos de contas dos municípios.

## Iris pede mais atenção para os idosos

Ao comentar a situação de abandono, solidão e miséria que atinge milhões de idosos anônimos no Brasil, a senadora Iris de Araújo (PMDB-GO) cobrou ontem do governo federal a definição urgente de uma política de saúde para os idosos que vá além das campanhas de vacinação contra a gripe. Ela também defendeu a valorização e o estímulo do estudo da geriatria e a inclusão desta especialidade nos concursos públicos da área da saúde.

– Mais do que atendimento à saúde, nossos idosos carentes precisam ser acolhidos em sua necessidade de moradia, alimentação, lazer e afeto. Neste momento em que o Brasil reconhece e enfrenta seus graves problemas de desigualdades sociais, cabe a nós, parlamentares, dar sustentação e ampliar o conteúdo das vozes iso-

ladas que clamam por tratamento cidadão aos nossos idosos – afirmou Iris de Araújo.

Mesmo reconhecendo que do ano 2000 até abril de 2002 foram gastos quase R\$ 3 bilhões no atendimento aos idosos, e que neste ano o Fundo Nacional de Assistência Social disporá de R\$ 3,8 bilhões de recursos oriundos da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins), a senadora opinou que, por mais e melhor que se gaste o dinheiro público, tudo o que for feito será pouco diante da amplitude da miséria que atinge o país.

Lembrando que a Campanha da Fraternidade deste ano é dedicada aos idosos, Iris de Araújo comentou que o Congresso também de-



Para Iris, é urgente a definição de uma política de saúde para os idosos

ve fazer a sua parte, transformando-se em fórum capaz de enfrentar o problema, junto com os outros Poderes da República e a sociedade. Ela declarou que é urgente a necessidade de serem encontradas soluções para o desamparo dos idosos carentes.



Roosevelt Pinheiro

Eurípedes é a favor da reforma previdenciária, mas defende amplo debate com a sociedade

## Para Eurípedes, culpa do rombo não é do servidor

O senador Eurípedes Camargo (PT-DF) afirmou que o servidor público não pode ser considerado culpado pelo rombo nas contas da Previdência, embora reconheça a necessidade e a urgência da reforma previdenciária. Ele lembrou que somente em 1993, com a Emenda Constitucional nº 3, se atribuiu às contribuições dos servidores o caráter de equilíbrio atuarial e financeiro.

Segundo Eurípedes Camargo, é preciso ouvir a sociedade brasileira, ponderando sobre seus argumentos, para que, "na apreciação de matéria tão polêmica, se possa encontrar a justa proporção do sacrifício e da recompensa que cabem a cada contribuinte".

O senador disse que não é possível fazer do servidor público o bode expiatório dos males da Previdência Social, pelo fato de se aposentar com base em sua remuneração integral.

— É preciso esclarecer a opinião pública, o que muitas vezes a mídia não faz, que o servidor público recolhe para a Previdência 11% de sua remuneração bruta e não apenas sobre um teto, como acontece com o trabalhador da iniciativa privada — enfatizou.

Se esse recolhimento é suficiente ou quanto deve ser alterado em valores ou em tempo de contribuição, é o que deve ser discutido, "detalhadamente e sem adocamento", ressaltou o senador.

Eurípedes citou fatores que levaram a Previdência Social a apresentar déficits — crescente número de idosos, muitos trabalhadores sem carteira assinada e benefícios à população rural que nunca contribuiu. "Não sou contrário à inclusão, pois o homem do campo estava marginalizado, mas esse não pode ser considerado um gasto de seguridade, mas de assistência social", observou.

# Graziano debate Fome Zero no Senado amanhã

Ministro participa de audiência pública conjunta da CAS, CAE e CCJ, atendendo a requerimento de quatro senadores

O ministro Extraordinário de Segurança Alimentar e Combate à Fome, José Graziano, toma parte amanhã, a partir das 10h, de audiência pública conjunta das comissões de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), Assuntos Sociais (CAS) e Assuntos Econômicos (CAE), para debater o programa Fome Zero.

O ministro falará sobre as ações do governo a serem colocadas em prática para diminuir a pobreza e combater a fome em todo o país, a começar por maior incentivo à agricultura familiar, a intensificação da reforma agrária e a ampliação dos programas de



Roosevelt Pinheiro

Fátima Cleide apresentou, na CAS, proposta para ouvir José Graziano

alimentação do trabalhador e de merenda escolar, bem como a criação de restaurantes populares e de bancos de alimentos. O Fome Zero vem sendo anunciado pelo governo como sua grande ação na

área social e tem como objetivo garantir pelo menos três refeições diárias a cada brasileiro.

As comissões aprovaram requerimentos dos senadores Amir Lando (PMDB-RO), na CCJ, Romero Jucá (PSDB-RR) e Fátima Cleide (PT-RO), na CAS, e Eduardo Suplicy (PT-SP), na CAE, para ouvir o ministro. Na CCJ, o convite partiu de sugestão do senador Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN), após discussão acerca do voto de censura a José Graziano, proposto pelo senador Almeida Lima (PDT-SE), por conta de declarações feitas pelo ministro, tidas como preconceituosas em relação à imigração nordestina.

## Leonel Pavan aponta falta de planejamento

O senador Leonel Pavan (PSDB-SC) criticou ontem o Fome Zero, por entender que está faltando transparência e organização ao programa. Para ele, a melhor forma de distribuir alimentos para pessoas carentes é dar início ao programa por intermédio dos



Genildo Magalhães

Pavan: Fome Zero deve ser descentralizado e começar pelos prefeitos e vereadores

— São os prefeitos que conhecem as peculiaridades da população e suas carências. Tenho certeza que o Fome Zero, se fosse des-

centralizado aos municípios, em questão de dias cada uma das prefeituras teria organizado um cadastro perfeito — afirmou.

Para ele, o Fome Zero, tal como está, é um programa vazio. Seus organizadores não sabem o número de carentes, muito menos onde

estão, apontou Pavan, e não há um número de conta bancária para doações nem organização para recolher os carregamentos de não-perecíveis arrecadados no Brasil

## Valmir Amaral quer adição de ácido fólico às farinhas

O senador Valmir Amaral (PMDB-DF) apresentou projeto, que tramita na Comissão de Assuntos Sociais (CAS), determinando a adição de ferro e ácido fólico às farinhas de trigo e de milho comercializadas no país. Segundo o parlamentar, a adição desses nutrientes reduziria os índices de anemia na população, principalmente entre as crianças, a um custo quase insignificante para os produtores.

Estimativas citadas pelo senador revelam que cerca de 45% das crianças até cinco anos apresentam algum grau de anemia. Além de-

las, as gestantes também compõem um grupo de risco com essa carência, que pode levar ao nascimento de bebês com baixo peso e malformação congênita.

O senador salientou ainda que estão sob risco de deficiência de ácido fólico as lactantes, os alcoólicos, as pessoas com deficiência no funcionamento dos rins e do fígado e os usuários de medicamentos que interferem no metabolismo desse nutriente.

Valmir Amaral afirma na justificativa do projeto que o ácido fólico é uma forma de vitamina B

inteiro. "Para onde estão indo todas essas doações?", perguntou.

Segundo Pavan, o governo Lula da Silva não pode frustrar seus eleitores, o que a seu ver acontecerá se o Fome Zero tornar-se um mero programa assistencialista. Como meta, o Fome Zero é impecável, mas como programa prático está sendo uma confusão de amadores, opinou Pavan.

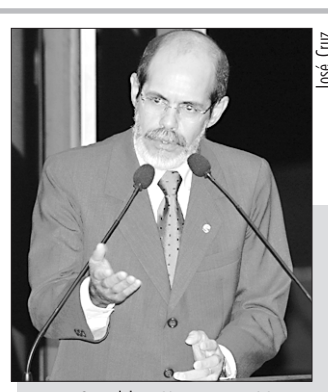
Em aparte, o senador Mão Santa (PMDB-PI) condenou a "procura do novo" que vem caracterizando o Fome Zero. Segundo ele, nunca houve um programa tão relevante para diminuir carências alimentares do que o Programa do Leite, do governo José Sarney.



Roque de Sá

Valmir Amaral explicou que a ingestão de ácido fólico é crucial na infância e na gravidez

necessária à produção e manutenção de novas células, especialmente importante em períodos de multiplicação e crescimento celulares rápidos, como na infância e na gravidez.



José Cruz

Geraldo Mesquita Júnior, relator do processo, terá prioridade nas perguntas

## Conselho de Ética ouve na quinta delegado federal

O responsável pelo inquérito da Polícia Federal (PF) que investiga a instalação de escutas telefônicas ilegais no estado da Bahia, delegado Gesival Gomes de Souza, apresentará os dados levantados sobre o caso aos membros do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, em reunião confirmada para as 10h da próxima quinta-feira.

Ouvir o relato de Gesival foi uma das solicitações do relator do processo no conselho, senador Geraldo Mesquita Júnior (PSB-AC). Na reunião anterior do colegiado, ele apresentou uma proposta de trabalho inicial para atender o pedido de sindicância encaminhado pela bancada do PT ao conselho sobre o caso dos grampos. Os senadores do PT solicitam a apuração para saber se existiu alguma possível participação do senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA) no episódio.

Na opinião de Mesquita Júnior, antes de promover novas diligências ou solicitar outros testemunhos sobre os grampos, o conselho deve conhecer o que já foi apurado pela PF. Para tanto, o senador requereu, também, cópias dos depoimentos já colhidos pela polícia. O corregedor do Senado, Romeu Tuma (PFL-SP), membro do conselho, ofereceu o material que dispõe sobre o caso, inclusive o relatório preliminar da PF.

A intenção de Mesquita Júnior é a de apresentar seu parecer sobre o caso em um prazo de 30 dias, contados a partir do último dia 20. A audiência para ouvir o delegado será aberta, e a prioridade para elaboração das perguntas é do relator.

## Recursos de loterias podem custear bolsas de estudo

Proposta para que parcela dos recursos arrecadados pelas loterias seja aplicada em bolsas de estudo irá a votação hoje, a partir das 10h, na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), em caráter terminativo. O texto a ser examinado é um substitutivo do senador Pedro Simon (PMDB-RS) ao projeto de autoria do senador Mozarildo Cavalcanti (PPS-RR).

O substitutivo de Simon direciona os recursos aos municípios com até 10 mil habitantes, restringindo assim o alcance da medida apresentada por Mozarildo. O projeto original estendia o benefício aos municípios de até 250 mil habitantes. Mas o relator demonstrou que 10% das receitas das loterias administradas pela Caixa Econômica Federal (CEF) renderiam um valor pequeno se o universo representasse 98,64% do total de municípios do país.

A CAE também analisará outra proposição referente às loterias. O relatório do senador Almeida Lima (PDT-SE) é favorável a projeto apresentado pelo ex-senador Moreira Mendes que assegura aos apostadores informações prévias sobre as suas probabilidades de sucesso. A exigência atinge, além das loterias, os bingos, os títulos de capitalização e outros sorteios.

### AGRICULTURA

A pauta da comissão inclui mais seis itens, dos quais quatro a serem examinados sem necessidade de votação em Plenário, se não for apresentado recurso para tanto. Três deles relacionam-se com o setor agrícola, sendo dois relatados pelo senador Jonas Pinheiro (PFL-MT).

Jonas deu parecer favorável à proposta que estabelece tarifas especiais de eletrificação rural para o



Pedro Simon sugere beneficiar municípios com até 10 mil habitantes

setor de aquicultura, que tem na energia elétrica um dos seus principais insumos. Ele lembrou a importância crescente dessa atividade, que recebeu R\$ 70 milhões no Plano Agrícola e Pecuário 2002/2003.

Jonas Pinheiro rejeitou proposta formulada pelo senador licenciado Maguito Vilela (PMDB-GO) que atribui ao Conselho Nacional de Política Agrícola (CNPA) a competência para autorizar a importação de produtos agrícolas.

O terceiro projeto ligado à agricultura propõe a aplicação de recursos federais na construção de creches em assentamentos rurais. O relatório do senador Roberto Saturnino (PT-RJ) é favorável à proposição do senador licenciado Luiz Pontes (PSDB-CE).

A CAE analisará ainda substitutivo do senador Sérgio Guerra (PSDB-PE) que determina que as empresas só poderão ser incluídas no Programa Nacional de Desestatização se o seu capital for aberto. O parecer restringe a aplicação da proposta de autoria de Osmar Dias (PDT-PR) apenas às novas empresas privatizadas.

## CAS vota pensão para filho de vítima de atentado

Além de analisar o Estatuto de Defesa do Torcedor, a Comissão de Assuntos Sociais (CAS) vota quinta-feira a concessão de pensão especial a Luiz Felipe Monteiro Dias, filho de Lyda Monteiro da Silva, a secretária da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), seção do Rio de Janeiro, que morreu em decorrência de atentado a bomba em agosto de 1980, ao abrir carta endereçada ao então presidente da instituição, Eduardo Seabra

Fagundes. O valor da pensão — mensal e vitalícia — é de R\$ 500.

A CAS, que é presidida pelo senador Romero Jucá (PSDB-RR), deve examinar ainda projeto do ex-senador Carlos Bezerra que estende o auxílio-acidente ao empregado doméstico. Consta também da pauta projeto de lei da Câmara que obriga todas as farmácias e drogarias a fixar cartazes em suas dependências orientando os consumidores sobre a falsificação de remédios.

## Ministro explica programas prioritários para o esporte

Agnelo Queiroz participa de audiência pública na Comissão de Educação, por iniciativa dos senadores Osmar Dias e Hélio Costa

O ministro do Esporte, Agnelo Queiroz, será ouvido em audiência pública pelos senadores da Comissão de Educação (CE) hoje, às 11h30. O ministro falará sobre diretrizes e programas prioritários de sua pasta. O requerimento solicitando o seu comparecimento à comissão é de autoria dos senadores Osmar Dias (PDT-PR) e Hélio Costa (PMDB-MG), respectivamente presidente e vice-presidente da CE.

O convite para que Agnelo Queiroz compareça à comissão faz parte de um requerimento pedindo a presença de diversos ministros do novo governo, que serão ouvidos em reuniões separadas. O primeiro deles foi Gilberto Gil, da Cultura,



Comissão de Educação está ouvindo ministros de cinco diferentes áreas sobre os planos para os próximos quatro anos

que participou de audiência pública no dia 11 de março.

O texto do requerimento pede ainda audiências públicas com os ministros da Educação, Cristovam Buarque; da Ciência e Tecnologia,

Roberto Amaral; e das Comunicações, Miro Teixeira. Todos falarão sobre as diretrizes e os programas prioritários de suas respectivas pastas para os próximos quatro anos.

## Comissões examinam esta semana Estatuto do Torcedor

O projeto de lei que cria o Estatuto de Defesa do Torcedor será apreciado nesta semana por duas comissões do Senado. Primeiro, em reunião extraordinária marcada para amanhã, às 9h30, os senadores da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) terão que optar entre dois relatórios sobre o projeto de lei: o do relator da matéria, senador João Alberto Souza (PMDB-MA), favorável à proposta como foi aprovada pela Câmara dos Deputados, e o substitutivo do senador José Jorge (PFL-PE), que apresentou voto em separado à proposta, com 14 artigos a menos que o projeto original.

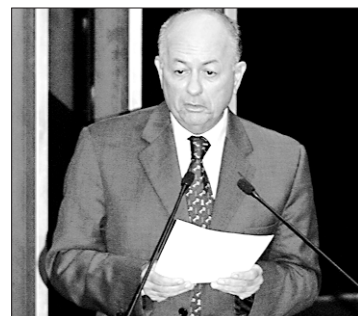
Na quinta-feira, o projeto será discutido na Comissão de Assuntos Sociais (CAS), a partir das 10h. O relator na CAS, senador Sérgio Guerra (PSDB-PE), é favorável à aprovação.

A matéria, de iniciativa do Executivo, também tramita em regime de urgência na Comissão de Educação (CE), onde é relatada pelo senador Gerson Camata (PMDB-ES). Caso o Senado aprove mudanças no texto, o projeto terá que voltar ao exame dos deputados.

A proposta, de 45 artigos, além de estabelecer normas de proteção ao torcedor, aborda questões como o regulamento de competições esportivas. O texto determina que os ingressos deverão ser colocados à venda até 72 horas antes da realiza-

ção de cada partida. Os torcedores também terão direito, conforme o estatuto, a receber o comprovante de pagamento do ingresso, que passará a ser numerado.

De acordo com João Alberto, relator na CCJ, o grande mérito do projeto, que tramita em regime de urgência, é o de equiparar as entidades encarregadas da organização de competições a fornecedores, em linha com o que determina o Código de Defesa do Consumidor. O relator também ressalta a criação da figura do ouvidor da competição e os dispositivos que têm como objetivo dar transparência à administração das competições. A proposta, acrescenta, reflete ainda preocupação com a segurança do torcedor, estabelecendo penalidades tanto para os responsáveis pela organização quanto para aqueles que promovam atos de violência nas



José Jorge apresentou voto em separado suprimindo dispositivos da proposta

proximidades de estádios.

Na última reunião da CCJ, os senadores Jefferson Péres (PDT-AM) e José Jorge observaram que alguns dispositivos expressam obviedades que não precisariam de regulamentação. Por isso, José Jorge apresentou relatório alternativo, apontou o "detalhamento excessivo do assunto" e sugeriu a exclusão de diversos dispositivos. Ele também propõe a aprovação da emenda do senador João Ribeiro (PFL-TO) que exclui dispositivo que determina a escolha de árbitros mediante sorteio.

## CPI do Futebol ofereceu propostas

Diversas propostas que serão discutidas pelo ministro do Esporte, Agnelo Queiroz, bem como o Estatuto de Defesa do Torcedor, que está em exame esta semana, têm uma origem: o relatório final da CPI do Futebol, presidida em 2001 pelo senador Álvaro Dias (PDT-PR) e que teve como relator o então senador Geraldo Althoff. O relatório de Althoff vem servindo como base para propostas de mudança principalmente no futebol, e já começa a produzir efeitos práticos na administração do esporte.

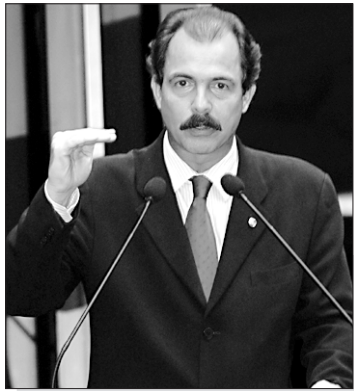
A CPI deu origem não só ao Estatuto de Defesa do Torcedor, mas também à medida provisória de reorganização do futebol, que transforma os clubes em empresas com responsabilidades fiscais, tributárias e contábeis, e responsabiliza os dirigentes por fraudes, débitos e irregularidades na gestão.

# Mercadante defende planejamento estratégico

Ele critica política neoliberal adotada pelo governo anterior e afirma que, para desenvolver-se, a nação precisa de grandes projetos, de ações de longo prazo e de discussão entre Estado e mercado

O líder do governo no Senado, Aloizio Mercadante (PT-SP), criticou os defensores da política neoliberal adotada nos anos 90, advertindo que a política do Estado mínimo e do mercado regulador não leva ao desenvolvimento. Para ele, o Brasil precisa resgatar o planejamento estratégico, como ocorreu com o Plano de Metas de Juscelino Kubitschek e o II Plano Nacional de Desenvolvimento, do governo Ernesto Geisel, "mas sem o autoritarismo e o voluntarismo da ditadura militar".

— Não podemos aceitar esse reducionismo neoliberal que acha que o mercado por si só e um Estado mínimo vão trazer o progresso, a modernidade. Não trouxeram no passado e não trarão no futuro. Está aí a América Latina para provar. A Argentina não é uma sombra da nação que já foi. A Colômbia vive em guerra civil. A Venezuela enfrenta crise institucional. O Paraguai teve pe-



Aloizio Mercadante citou como exemplo êxito da indústria automobilística implantada por JK

dido de *impeachment* e na Bolívia caiu todo o Ministério, com levante popular. Que resultado é esse o do neoliberalismo dos anos 90? — questionou.

Mercadante criticou ainda o crescimento dos anos 90 no Brasil, afirmando que a economia nacional teve o quarto pior crescimento de todo o século. "Pior, só Venceslau Braz, na Primeira Guerra Mundial;

Washington Luiz, com a crise de 29, e o governo de Fernando Collor de Mello", sustentou.

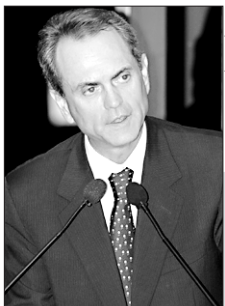
O Brasil, afirmou Mercadante, cresceu menos nos últimos oito anos do que nos anos 80, a chamada década perdida.

Para o senador, os brasileiros precisam romper "com essa visão pequena de que o mercado sozinho pode regular a nação". Conforme Aloizio Mercadante, à medida que os indicadores econômicos brasileiros apresentam melhoras, há necessidade de se começar a discutir um projeto estratégico de desenvolvimento a longo prazo.

Mercadante disse ter participado, em São Paulo, da festa dos 50 anos da indústria automobilística no Brasil, quando a Volkswagen lançou um automóvel bicompostível — movido a gasolina ou a álcool. Observou que a indústria automotiva brasileira é resultado do planejamento estratégico de longo prazo de JK.

## Paulo Octávio propõe imposto único nacional

O senador Paulo Octávio (PFL-DF) anunciou que apresentará, ainda esta semana, proposta de emenda à Constituição (PEC) instituindo um único tributo nacional, que substituiria os Impostos de Renda (IR), sobre Produtos Industrializados (IPI), Territorial Rural (ITR), além



Paulo Octávio quer simplificar a arrecadação

das contribuições para Financiamento da Seguridade Social (Cofins) e para o Programa de Integração Social (PIS). O novo tributo, que se intitularia "Imposto Cidadão", teria a vantagem, conforme a argumentação do senador, de simplificar e desburocratizar a arrecadação, além de coibir fraudes e evasão.

— Não combina em nada com o progresso democrático permitir que o poder público continue bisbilhotando a vida das pessoas e empresas, mediante formulários, papelórios e fiscalizações que só tendem a escamotear a chaga da corrupção que descaradamente grassa no sistema em vigor — afirmou.

Mas o maior mérito da mudança, disse o senador, seria a redução da carga tributária, que hoje gira em torno de um terço do Produto Interno Bruto (PIB).

— É insano e no mínimo incompreensível, ante qualquer lógica de bom senso, que testemunhe-

mos inermes o grande despau-tério que reside, por exemplo, no custo do empregado para a empresa ser de 120%, ou no disparate que constituem, por exemplo, os 35% de arrecadação do PIS, só referentes aos meses de dezembro e janeiro — disse.

O texto proposto por Paulo Octávio é praticamente igual ao que tramita na Câmara, de autoria do ex-deputado Marcos Cintra. O objetivo do senador é facilitar a tramitação da proposta nas duas Casas do Congresso.

— Caso obtenhamos êxito, estaremos evitando o retorno da matéria à origem, para a Casa revisora — declarou o senador, salientando que a tramitação da proposta no Senado servirá como primeiro passo para a discussão da reforma tributária.

## Cresce risco de invasão da Amazônia, alerta Mozarildo

A decisão dos Estados Unidos de intervir militarmente no Iraque sem o aval da Organização das Nações Unidas (ONU) levou o senador Mozarildo Cavalcanti (PPS-RR) a advertir sobre a possibilidade de ação semelhante ocorrer na Amazônia brasileira. "Esse é um perigo cada vez mais consistente", alertou, reiterando sua preocupação com uma possível intervenção norte-americana na Colômbia e, por consequência, com a declaração da região amazônica como território internacional.

— A guerra contra o Iraque é oportuna para refletir sobre uma questão posta um pouco em desuso pela propaganda da globalização, a soberania nacional — afirmou.

Mozarildo acredita que a defesa de um mundo sem fronteiras não pode prescindir dos questionamentos "para quê?" e "para quem?". E



Mozarildo: guerra induz a reflexão sobre soberania

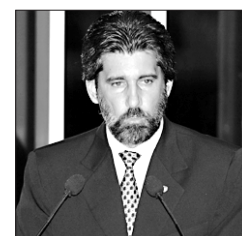
chama atenção para a vulnerabilidade "dos 11 mil quilômetros de fronteira do Brasil com países problemáticos", um cenário propício para a manipulação de "inocentes úteis" por entidades estrangeiras interessadas na biodiversidade amazônica.

Segundo o senador, relatório da comissão parlamentar de inquérito que investigou a atuação das organizações não-governamentais (ONGs), a qual presidiu, apontou práticas criminosas no país. Mozarildo também criticou a atuação do Conselho Indígena de Roraima (CIR), que estaria acirrando a disputa entre tribos e divulgando, no cenário externo, a existência de focos de instabilidade na região. Em aparte, o senador Augusto Botelho (PDT-RR) referendou o alerta de Mozarildo "sobre as manobras para internacionalizar a Amazônia".

## Raupp quer reativar fórum da pequena empresa

O senador Valdir Raupp (PMDB-RO) defendeu a reativação do Fórum Permanente da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte, criado em maio de 2000, mas que no atual governo ainda não teve restabelecidas as bases de funcionamento. O fórum congrega 48 órgãos de governo e 47 entidades representativas e tem por objetivo discutir temas como a racionalização legal e burocrática, o investimento e o financiamento empresarial, a formação e a capacitação empreendedora, a tecnologia e a inovação, o comércio exterior e a integração internacional.

— O governo Lula ainda não estabeleceu as bases de funcionamento do fórum, o que deixa esse enorme segmento empresarial sem um espaço democrático para o debate setorial, cuja eficácia já se revelava no biênio anterior — disse Raupp, salientando que o



Raupp diz que fórum tem eficácia

órgão é a melhor alternativa de representação e interlocução do setor junto às autoridades.

De acordo com o senador, nos últimos dois anos, questões como a concessão de créditos diferenciados para a exportação e o uso do Fundo de Amparo ao Trabalhador como fonte desses créditos foram discutidas no fórum. No novo governo, na avaliação de Raupp, a atuação do Fórum das Micro e Pequenas Empresas deve ser ampliada. O senador defendeu o enquadramento do órgão como assessor do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social.

— O pleno funcionamento de um fórum democrático e realmente representativo da sociedade é uma bandeira a ser levantada — pregou o senador.

## Comissão analisa auditoria no DNER

A Comissão de Fiscalização e Controle (CFC) examina amanhã relatório do senador Antero Paes de Barros (PSDB-MT) sobre auditoria realizada pelo Tribunal de Contas da União (TCU) no 11º Distrito Rodoviário do Departamento

Nacional de Estradas de Rodagem. O tribunal verifica a legalidade, legitimidade e economicidade em processos de desapropriação de imóveis promovidos pelo órgão. O relator solicita ao TCU o envio do inteiro teor do processo,

inclusive os relatórios da auditoria. Na mesma reunião, a comissão analisa outros dois pareceres de Antero Paes de Barros, sobre decisões e acordos do TCU. Os dois pareceres pedem o arquivamento dos processos.

# Senado aprova voto de pesar pelo assassinato de juiz do Espírito Santo

Autor do requerimento, Arthur Virgílio afirma que momento é de declarar guerra ao crime organizado, utilizando até mesmo, se preciso, recursos drásticos como o estado de defesa

O Plenário aprovou requerimento do senador Arthur Virgílio (AM), líder do PSDB, solicitando a inserção em Ata de voto de pesar pela morte do juiz da Vara de Execuções Penais de Vila Velha, Alexandre Martins de Castro Filho, do Grupo de Repressão ao Crime Organizado no Espírito Santo. Ele foi assassinado na ma-

nhã de ontem, naquela cidade capixaba. Também serão apresentadas condolências à família do magistrado e ao Poder Judiciário do estado.

Ao defender a aprovação do seu requerimento, Arthur Virgílio afirmou que o Parlamento brasileiro não deve se omitir em condenar de forma veemente e forte

o crime organizado. Ele acrescentou que o momento é de declarar guerra ao crime organizado para que a violência não vire rotina, como ocorreu na Itália e continua a ocorrer na Colômbia.

— É hora de nos movimentarmos todos na direção de constituirmos as políticas necessárias para, dentro da Constituição ou

até mesmo utilizando recursos drásticos, como por exemplo o estado de defesa, enfrentarmos e vencermos esta ameaça. Temos que evitar o que hoje começa a se tornar rotineiro: o assassinato de juizes. Também temos que devolver aos cidadãos de bem o direito de poderem andar nas ruas — afirmou Arthur Virgílio.



Amir Lando disse que decisão beneficia 10 mil funcionários que haviam sido demitidos em Rondônia

## Lando destaca vitória de servidor no STJ

A vitória obtida no Superior Tribunal de Justiça (STJ) pelos 10 mil servidores de Rondônia demitidos em janeiro de 2000 por força da Lei de Responsabilidade Fiscal foi comemorada pelo senador Amir Lando (PMDB-RO).

— Ninguém pode demitir desprezando todos os critérios legais, nem sequer a publicação dos balancetes dos últimos três meses; nem sequer os critérios estabelecidos. Passou-se a régua. Um critério que se falou impessoal, mas que é um critério desumano. Muitas famílias tiveram seus membros dizimados do serviço público — afirmou Amir Lando.

Ele disse que é exatamente o poder público que tem de indenizar aquele que demite injustamente ou que demite, mesmo com a autorização legal, mas que tinha, no mínimo, de pagar os direitos trabalhistas.

Lando afirmou que “os servidores demitidos perambularam em acampamentos, marchas, protestos” e em todo tipo de manifestação em busca dos seus direitos. “Até a decisão judicial, foi uma *viz crucis*, foi uma peregrinação da miséria, da desgraça humana, da degradação, da perda da auto-estima, da dignidade”, recordou.

Em aparte, o senador Mão Santa (PMDB-PI) disse que tem outro entendimento da Lei de Responsabilidade Fiscal e não demitiu ninguém quando foi governador. O representante piauiense lembrou conversa com o então presidente Fernando Henrique Cardoso, quando lhe perguntou se deveria demitir a mãe do chefe de governo se ela fosse uma enfermeira com 17 anos de trabalho no interior do Piauí. “Não existe o usucapião da terra? Em cinco anos se está numa terra, o sujeito é dono. Esse povo está há 14, 15, 17 anos no seu emprego e é mandado para fora”, observou o parlamentar.

## Segundo magistrado morto em dez dias no país

O assassinato do juiz Alexandre Martins de Castro Filho, de Vila Velha, foi o segundo crime no país contra magistrado ocorrido em apenas dez dias. Em 14 de março, o juiz de execução criminal Antonio José Machado Dias foi morto a tiros em Presidente Prudente (a 565 quilômetros de São Paulo).

Era corregedor de presídios do interior paulista, como o de Presidente Bernardes,

onde estão presos o traficante carioca Luiz Fernando da Costa, o Fernandinho Beira-Mar, e líderes da facção criminosa Primeiro Comando da Capital (PCC).

O homicídio levou os senadores a apresentar projetos de lei prevendo penas mais duras. Uma das proposições, de autoria do presidente da Casa, senador José Sarney, apresentada na semana passada, propõe aumentar para até 40 anos de reclusão a punição para quem

cometer crimes contra magistrados, membros do Ministério Público e policiais.

Outro assassinato de grande repercussão no país foi o do promotor de Justiça de Minas Gerais Francisco José Lins do Rêgo, ocorrido em Belo Horizonte, em janeiro do ano passado. Lins do Rêgo investigava uma quadrilha especializada em adulterar combustíveis no estado. Seus assassinos foram presos e aguardam julgamento.

## Magno Malta cobra votação de projetos contra o narcotráfico

Ao lamentar o assassinato do juiz Alexandre Martins de Castro Filho, da Vara de Execuções Penais de Vila Velha (ES), ocorrido na manhã de ontem, o senador Magno Malta (PL-ES) cobrou a votação, pela Câmara dos Deputados, de projetos de lei de sua iniciativa que objetivam tornar mais eficaz o combate ao crime organizado no país.

— Quantos homens que lutam pela causa pública ainda terão de morrer para que a Câmara aprove a nova lei do narcotráfico, que prevê a proteção dos magistrados? — indagou.

Magno Malta, que também é autor de projeto de lei sobre o crime organizado, disse estar enviando ao presidente da Câmara, João Paulo Cunha, e ao presidente da Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado da Câmara, deputado Moroni Torgan (PFL-CE), ofício solicitando a adoção de providências para a votação das propostas em regime de urgência.

Os projetos já foram aprovados em dois turnos no Senado, no primeiro semestre do ano passado.

Ele informou que também pe-



Magno Malta vai pedir ao presidente da Câmara urgência na votação de duas propostas

diria ao ministro da Justiça, Márcio Thomaz Bastos, com quem se encontraria ontem em Vitória, apoio para que seja acelerada a aprovação dos projetos de lei.

Magno Malta comunicou ainda que vai propor a criação de uma comissão mista com a incumbência de dirigir-se à Itália a fim de conversar com autoridades daquele país sobre as leis de Exceção. Essa legislação foi utilizada pelo governo italiano para coibir as ações da Máfia. O senador disse que já acertou com o presidente do Senado, José Sarney, a apresentação da proposta.

## Tebet: Beira-Mar não pode ir para Mato Grosso do Sul

O senador Ramez Tebet (PMDB-MS) protestou contra a intenção do governo federal de transferir o traficante Luiz Fernando da Costa, o Fernandinho Beira-Mar, do presídio de Presidente Bernardes (SP) para o estado de Mato Grosso do Sul, conforme notícias publicadas nos últimos dias.

— A população de Mato Grosso do Sul está assustada e não admite essa hipótese. Espero que a notícia não seja verdadeira. O meu estado quer colaborar no combate à violência, mas não tem condições e não quer ser quintal de estados que querem se livrar de criminosos — afirmou ele.

Depois de lembrar o assassinato de mais um juiz, dessa vez no Espírito Santo, Ramez Tebet ponderou que seria uma temeridade levar um criminoso como Beira-Mar para a fronteira do Brasil com a Bolívia e o Paraguai.

— Prego contra a violência uma mobilização nacional. Sou daqueles que acreditam que leis para combater o crime nós já temos, bastando apenas endure-



Para Ramez Tebet, seria temeridade levar traficante para fronteira com Bolívia e Paraguai

cer as penas para alguns crimes. Entendo que há necessidade de um comando de mobilização contra o crime organizado, que deve estar com o Ministério da Justiça — acrescentou.

Ramez Tebet disse que ouviu no último fim de semana, em seu estado, “protestos de todo lado” contra a intenção do governo. “Mato Grosso do Sul quer colaborar, mas é um absurdo essa idéia da transferência de Fernandinho Beira-Mar para a proximidade da fronteira”, insistiu o senador.

# Jucá cobra postura clara em relação à reforma agrária

Senador anuncia requerimento convocando o ministro do Desenvolvimento Agrário a explicar afirmações à revista *Veja*

O senador Romero Jucá (PSDB-RR) cobrou postura clara do governo Luiz Inácio Lula da Silva sobre a reforma agrária e o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). Ele se referiu a entrevista do ministro do Desenvolvimento Agrário, Miguel Rossetto, concedida à revista *Veja*, como amontoado de idéias desencontradas.

Para Jucá, a população quer saber se são posições do governo as afirmações do ministro Rossetto, como a de que é necessário revogar a medida provisória proibindo desapropriações de terras invadidas, ou de que não haveria diferença entre sem-terra invadindo terra e sem-comida invadindo restaurante.

Segundo Jucá, em sua entrevista o ministro confundiu tudo: responsabilidade, legalidade e demo-



Romero Jucá: ministro confundiu responsabilidade com anarquia

cracia com anarquia, bagunça e negação do Estado de direito. "Sem-terra é igual a sem-comida ou sem-saúde, então todos podem invadir e tomar o que querem na marra", observou.

O senador criticou ainda a afirmação do ministro sobre a possibilidade de não entregar o título de posse ao assentado, dando-lhe apenas o direito de uso, mantendo as terras sob propriedade do governo.

## Saturnino diz que debate vai esclarecer declarações

Ao manifestar sua concordância com o requerimento assinado pelos senadores Romero Jucá e Paulo Octávio convidando o ministro do Desenvolvimento Agrário, Miguel Rossetto, a prestar esclarecimentos em Plenário sobre entrevista



Para Roberto Saturnino, colocações inesperadas distorcem pensamentos

concedida à revista *Veja* sobre a reforma agrária, o senador Roberto Saturnino (PT-RJ) registrou que o debate com os senadores será importante para esclarecer as declarações do ministro.

— Nessas circunstâncias de entrevistas dadas a órgãos de imprensa, nem sempre se reflete o pensamento do entrevistado. Colocações inesperadas, questionamentos que pegam de surpresa o entrevistado ou a própria composição das perguntas e respostas muitas vezes distorcem os pensamentos.

Saturnino lembrou o tempo em que era deputado federal, no governo João Goulart. Ele disse que Jango foi deposto pela força das armas a partir de uma conspiração que envolvia os setores da sociedade que repudiavam todas as reformas, em particular a reforma agrária.

— É perfeitamente natural que representantes das forças conservadoras subam à tribuna do Senado para, baseados em entrevistas, alertarem sobre perigos que a sociedade está sofrendo — afirmou.

Arthur Virgílio discordou da opinião de Saturnino. Ele lembrou que Jango "caiu muito mais porque havia pessoas que colocavam dúvidas como essas de Rossetto do que pela tese da reforma agrária".

Jucá anunciou que apresentará requerimento convocando Miguel Rossetto para prestar depoimento no Plenário do Senado. Paulo Octávio (PFL-DF), em aparte, prometeu assinar a convocação, por considerar as declarações do ministro "desastrosas". Para Ramez Tebet (PMDB-MS), Rossetto foi "infeliz" e sua linguagem incentiva a violência no campo. Na opinião de Arthur Virgílio (PSDB-AM), Rossetto foi dúbio em suas declarações, que parecem abrigar até "delírios zapatistas".

Também em aparte, Amir Lando (PMDB-RO) defendeu Rossetto com argumentos jurídicos sobre suas teses, mas Jucá afirmou não ter ficado convencido.

O líder do PT, Tião Viana (AC), disse que será produtiva a vinda do ministro. Ele reconheceu que "expressões deslocadas do contexto" muitas vezes demandam tempo para esclarecimento.



Roque de Sá

Paim afirma que falta conexão entre Executivo e Legislativo

## Paim defende maior diálogo com o Congresso

O senador Paulo Paim (PT-RS) disse ontem ser fundamental que o governo de Luiz Inácio Lula da Silva dialogue com o Congresso e encaminhe as reformas juntamente com os parlamentares.

— Não podemos negar que até o momento falta conexão entre o Executivo e o Legislativo, inclusive com a própria base governista.

Para o senador, o governo Lula deve assumir uma postura pragmática em relação às reformas. Paim acredita que a reforma tributária deve ser prioridade, pois, segundo ele, é a "reforma mãe", que irá nortear todas as outras.

## PSDB ameaça obstruir votações no Senado

O líder do PSDB no Senado, Arthur Virgílio (AM), anunciou a disposição de seu partido de obstruir as votações na Casa até a Câmara dos Deputados votar as proposições que tratam da regulamentação do sistema financeiro nacional e da reabertura do Programa de Recuperação Fiscal (Refis). O PSDB chegou a formalizar acordo com as bancadas do PFL e do PDT exigindo a aprovação do substitutivo do senador Jefferson Péres (PDT-AM) à proposta de emenda à Constituição (PEC) do ex-senador José Serra que não só regula o mercado financeiro interno, mas também prevê a autonomia do Banco Central.

Outro ponto inserido no acerto refere-se à rejeição de PEC de autoria do deputado Virgílio Guimarães (PT-MG) que, a exemplo da proposta de Serra, altera o artigo 192 da Constituição federal. O parlamentar petista defende a regulamentação parcelada de cada um dos quatro mercados do sistema financeiro: bancário, de seguros e resseguros, de previdência privada e capitalização.

Na opinião de Arthur Virgílio,



Arthur Virgílio quer votação de propostas que regulam sistema financeiro

essa PEC é "irreal, improvável e impossível" de ser implementada e pode atrasar a concessão de autonomia ao Banco Central, importante para atrair mais investimentos para o país. Em relação ao projeto que reabre o prazo de opção ao Refis, a liderança tucana cobra a participação do Senado na negociação da matéria e a manutenção do acordo feito, no ano passado, entre o então governo de transição e o Congresso.

A "falta de capacidade gerencial" do governo Lula e a suposta tolerância frente ao avanço do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) também foram alvo de críticas do senador.

## Mão Santa pede rapidez na tomada de decisões

O senador Mão Santa (PMDB-PI) alertou ontem o governo federal para o que chamou de "reclamos da população", diante da lentidão na tomada de decisões para atender a reivindicações que, durante a campanha, foram classificadas pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva como "urgentes". A população brasileira, disse o senador, "mostra-se inquieta com a classe política".

— Vamos atender aos seus reclamos. Façamos uma verdadeira



Mão Santa: "É imperioso que a atividade política seja exercida com muito mais eficiência"

revolução por meio da mudança dos costumes e atitudes. Somos nós os políticos que aperfeiçoamos o mundo. O Brasil inteiro está observando passo a passo o Congresso Nacional. É imperioso, portanto, que a atividade política seja agora exercida com muito mais eficiência.

Mão Santa afirmou que o governo tem sido irrepreensível na disposição de defender as reformas, mas deveria dedicar-se antes de mais nada à sua missão primeira de gerir o país. Ele salientou ainda que as dificuldades enfrentadas pelo governo, especialmente com os parlamentares, devem-se à lentidão com que estão sendo encaminhadas as decisões do dia a dia.

O senador disse também que reconhece o respeito às promessas de campanha, a sensibilidade para com as legítimas aspirações populares e o desejo do governo Lula de construir uma ampla base política no Congresso Nacional.